

REVISTA MARACANAN

Dossiê

O Serviço doméstico e o mundo do trabalho carioca: uma análise das relações de trabalho de criadas nacionais e estrangeiras na passagem do século XIX para o XX

The Domestic Service and the world of work in Rio: an analysis of the labor relations of domestic and foreign servants in the passage from the nineteenth century to the twentieth century

Natália Batista Peçanha*

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 13 fev. 2019.

Aprovado em: 18 abr. 2019.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

* Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (nataliahist@hotmail.com)
CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4873086559634718>.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o serviço doméstico carioca, na virada do século XIX para o XX, com o intuito de enfatizar a complexidade de formas contratuais e relações de trabalho envolvidas em uma atividade que trazia as marcas da escravidão, para um cenário de trabalho "livre". Desta forma, buscamos analisar como o serviço doméstico era vivenciado por diversas camadas populares: libertos, livres e imigrantes. Aspectos como formas de contratação, diferenças salariais e atividades desempenhadas são alguns dos pontos destacados em nossas análises, a fim de subsidiar um olhar acerca do serviço doméstico, enquanto sua composição social, bem como suas relações laborais em um momento em que a ideia de trabalho "livre" era vivenciada de várias formas.

Palavras-chave: Serviço Doméstico. Pós-abolição. Imigração.

Abstract

The objective of this article is to analyze Carioca domestic service, from the turn of the 19th century to the 20th, in order to emphasize the complexity of contractual forms and labor relations involved in an activity that brought the marks of slavery to a scenario of free work". In this way we seek to analyze how the domestic service was experienced by several popular layers: freedmen, free and immigrants. Aspects such as forms of hiring, wage differences and activities performed are some of the highlights in our analyzes, in order to subsidize a look at domestic service, as well as its social composition, as well as its labor relations at a time when the idea of work "Free" was experienced in many ways.

Keywords: Domestic Service. Post-abolition. Immigration.

- "Nossa Maria" era como o padre chamava a filha de Argemiro, a quem batizara e adorava.
- Nada... eu irei vê-la no domingo. Quero ver se para a semana ela vem passar uns dois dias comigo.
 - Aqui?!
 - De que te espantas?!
 - Ora essa! Com quem a deixarás, quanto tiveres de sair?
 - Vais-te rir... Botei hoje um anúncio no jornal, pedindo uma moça para tratar da casa de um viúvo só.
 - Estás doido! Não caias nessa asneira... Olha que chamas o perigo para a casa. [...]
 - E confiarás a nossa Maria a qualquer mulher desconhecida?! [...]
 - Caldas preveniu: Olha que essas madamas trazem anzóis nas saias... Quando menos pensares... estás fígado... E tu que és bom peixe! É uma raça abominável, a das governantas... Verás amanhã que afluência de francesas velhas à tua porta! Feia ou bonita, a mulher é sempre perigosa.¹

Introdução

Carregar anzóis nas saias não era a única preocupação que as servidoras domésticas geravam àqueles que precisavam contratá-las. A fala do padre a Argemiro reflete uma imagem da criada contratada, envolta por desconfianças e revelando uma associação entre a noção de "desonra" da mulher pobre e trabalhadora à má reputação das agências,² que, ao longo dos anos, foram se proliferando e agenciando cada vez mais trabalhadoras/es livres (nacionais ou estrangeiras) em consequência da diminuição do elemento escravo na área urbana do Rio.³ De acordo com Sandra Graham:

Ironicamente, à medida que as mulheres livres, tão solicitadas nas décadas anteriores [anterior à abolição da escravidão], se tornavam mais disponíveis, os patrões se faziam mais inquietos. As criadas não eram mais membros do lar, mas estranhas cuja presença era perturbadora e nas quais não se podia confiar.

¹ ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A Intrusa*. Introdução e estabelecimento do texto: Elódia Xavier. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Livro - Fundação Biblioteca Nacional, 1994, p.10.

² Ver: CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000; ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000; SOARES, Luiz Carlos. *Rameiras, Ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992; dentre outras referências.

³ SOARES, Luis Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, 2007.

Tão logo eram contratadas, iam embora, “alegando contrariedades” ou buscando salários mais altos em outros lugares.⁴

O que Sandra Graham informa na citação acima nada mais é do que a forte preocupação que grande parcela da sociedade vivenciava nas últimas décadas do século XIX. As leis emancipacionistas que surgiram a partir da década de 1850 colocavam em questão o fim definitivo do trabalho escravo e, conseqüentemente, a necessidade de condicionar este fim à permanência do poder senhorial por parte dos patrões ou proprietários.⁵ Desta maneira, alterações das relações de trabalho que rompessem com o que se condicionava como uma relação paternalista gerava desconforto e insatisfação por parte daqueles que viam na escravidão a forma ideal de relações de trabalho.

Tais descontentamentos acerca do convívio entre patrões e criadas/os eram constantemente vociferados na imprensa carioca, como por exemplo, em matéria do dia 10 de dezembro de 1897, em que um dos redatores do jornal *O Paiz* apresentou alguns motivos para que a regulamentação do serviço doméstico se fizesse necessária.

Uma senhora que eu não sei quem é (talvez seja um homem, quem sabe?), escreveu-me pedindo para chamar, agora que temos prefeito novo, a atenção dos poderes competentes para a necessidade, que cada vez se torna mais sensível, da regulamentação do serviço doméstico nesta capital. [...]
De resto, em se tratando de tão interessante matéria, não faltam argumentos inéditos.
Infelizmente vamos de mal para pior. Estou a ver o momento em que cada habitante desta ex-muito heroica será obrigado a ser criado de si mesmo. [...]
Estamos reduzidos à condição de escolher pelas caras, processo perigosíssimo para quem não é versado em fenologia. Aqui estou eu quem já simpatizei com alguns que me saíram bêbedos ou gatunos, e não aconselho a ninguém – a menos que seja algum Lavater – que se deixe levar pelas aparências fisionômicas.⁶

Nos parágrafos acima, são tecidos alertas a respeito do comportamento das/os criadas/os no período do pós-abolição. A rotatividade constante das criadas livres ou libertas nas casas de famílias colocava em questão, não só a preocupação em relação à idoneidade da contratada e a qualidade das tarefas desempenhada, mas as mudanças no que diz respeito às relações de trabalho entre patroa/ão e criada. Tal situação revela-se, nas palavras do autor da dita matéria, como a “destruição da vida patriarcal da família”, fazendo com que a autoimagem que os patrões faziam de suas/eus criadas/os, como aquelas/es deferentes, fieis à casa e à família, ruísse frente às agências dessas/es trabalhadoras/es.⁷ Esta é uma atividade

⁴ GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 134.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001, p. 47.

⁶ A. A. Palestra. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1897, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br>.

⁷ Quando pensamos nestas relações de convívio entre os patrões e os criados, estamos entendendo-as como relações paternalistas, ou seja, “o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles sonhavam realizar no cotidiano”. Uma relação que está menos pautada na simples deferência do criado, no nosso caso, em relação ao patrão, do que na autoimagem que esses senhores faziam de seu poder. Ao pensarmos desta forma damos margens para as ações de contestação e insubordinações perpetradas cotidianamente por tais personagens. James Scott, seguindo esta linha de raciocínio, ao analisar as lutas camponesas, identificou o que ele chama de

que, sobretudo durante o século XIX, foi marcada pelo seu alto nível de domesticidade e participação das/os criadas/os na vida do seus patrões e também pela pouca oportunidade de privacidade e tempo para a vida pessoal de quem a desempenhava. Uma vez que essas/es trabalhadoras/es geralmente eram recrutadas/os muito jovens, estabelecendo, portanto, um tipo de relação de dependência com a família dos patrões.

A partir do momento em que o serviço doméstico começou a ser desempenhado majoritariamente por pessoas livres, debates a respeito da desmoralização da dita atividade começou a circular na Câmara Municipal. Projetos para a regulamentação do serviço doméstico se avolumavam e neles, muitas vezes, a questão do controle às agências de locação surgia como algo que deveria ser pensado.

Apesar da recorrência em se apontar os perigos das agências e da rotatividade das criadas, havia um projeto, em especial, que além dos problemas comuns apontados pelas demais propostas, se diferenciava por trazer à tona um outro problema, que até então, aparecia como uma solução para o mercado de trabalho brasileiro, ou seja, a presença imigrante.

Evaristo de Moraes era o redator desta proposta.⁸ Ele apontava várias causas para a desmoralização do serviço doméstico, destacando o fato de a imigração ser outro fator de preocupação e desordem que acometia esse setor de serviço. Para Evaristo, além das agências de locação se converterem em causas para as irregularidades que se encontrava o serviço doméstico, as “grandes levadas de imigrantes vadios vindos da República Argentina, em grande parte”, contribuíram para o aumento da desordem.⁹

Essa afirmação de Evaristo de Moraes, em um primeiro momento, poderia nos conduzir a um entendimento de que esses imigrantes vindos da Argentina seriam criadas ou criados argentinos. Entretanto, ao consultarmos fichas de vapores provenientes de portos argentinos, como o de Buenos Aires, com destino ao Rio de Janeiro, concluímos que se tratava de imigrantes europeus.¹⁰ Desta maneira, focalizando os estudos para esse segundo fator de

“resistências cotidianas”, ou seja, reações perpetradas por estes grupos de forma corriqueira, “mas sem qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou as normas da elite”, ou seja, reações estavam ocorrendo muitas vezes sem que o “senhor” a percebesse, sem que sua autoimagem fosse afetada. SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013. Ver, também: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 61, 19; THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 78.

⁸ Evaristo de Moraes foi um rábula criminalista e socialista que se tornou conhecido por se envolver em diversas causas trabalhistas como, por exemplo, à defesa das prostitutas e a defesa aos assassinos passionais, alegando a “privação dos sentidos” daqueles maridos que assassinavam suas esposas. Ver: SCHETTINI, Cristiana. “*Que tenhas teu corpo*”: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006, nota 2, p. 91; CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Campinas, SP: Ed. Unicamp / Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000, p. 84-85.

⁹ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Cód./notação 48-4-56. Proposta para o estabelecimento de uma Empresa Municipal de Serviço Doméstico, por Evaristo de Moraes aos membros da Intendência Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 19 mar. 1892.

¹⁰ Relação de vapores. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=168>. Acesso em: 03 jul. 2019.

preocupação – a imigração – a grande empregada é procurar analisar a participação das/os europeias/eus no serviço doméstico.

As/os criadas/os europeias/eus nos anúncios de jornais

Pensando no serviço doméstico de fins do século XIX a imagem que vem à mente é da mulher negra escrava relatada por Gilberto Freyre, como a:

escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem.¹¹

Tal imagem hegemônica, de um serviço doméstico desempenhado apenas por mulheres negras, sujeitas aos desmandos e caprichos de uma família branca senhorial, que usufruíam de “todos os serviços” de suas criadas, inclusive os sexuais, vem constantemente sendo revisto pela historiografia.¹² É evidente que essa imagem era uma realidade vivenciada por muitas mulheres que se lançavam ao serviço doméstico a fim de obter o sustento para sua família. Todavia, engessar as representações das/os criadas/os apenas às mulheres negras, faz incorrer no perigo de encobrir as diversas realidades vivenciadas por homens, mulheres, negros, brancos, pardos e também estrangeiros, que a partir da segunda metade do século XIX se avolumavam na cidade. E, é justamente a presença das/os estrangeiras/os, ou melhor, das/os europeias/us, no serviço doméstico carioca que é o alvo de interesse do presente artigo, uma vez que é necessária a ampliação da inserção de homens e mulheres

¹¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006, p. 367.

¹² A historiografia sobre o serviço doméstico vem ganhando fôlego ao longo dos anos no Brasil, sobretudo com os avanços da história social do trabalho e a formação do GT Mundos do Trabalho. Dentre os diversos trabalhos podemos citar, por exemplo: CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In: CUNHA, O. M G da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007; DAMASCENO, Caetana. *Segredos da boa aparência: da “cor” à “boa aparência” no mundo do trabalho carioca (1930-1950)*. Rio de Janeiro: EDUR; UFRRJ, 2011; GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência... Op. cit.*; MATOS, Maria Izilda de S. *Corpos numa paulicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930. Proj. História*. São Paulo, n. 25, dez. 2002, p. 383-384. MATOS, Maria Izilda de S. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002; MATOS, Maria Izilda de S. *Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930*. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994; MELO, Hildete Pereira de. *De criadas a Trabalhadoras. Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, v. 6. n. 2, 1998; SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. Anais [...]. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013; SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ).

européias/eus no mundo do trabalho carioca, para além dos cafezais, do comércio, da prostituição e das fábricas.¹³

O mundo do trabalho carioca, a partir da segunda metade do século XIX, foi se reconfigurando, uma vez que a própria imagem da cidade do Rio de Janeiro, de uma cidade africana, como diz Mary Karasch,¹⁴ passou a ser considerada uma cidade cosmopolita, já nas primeiras décadas do século XX, devido a presença crescente de imigrantes europeus. De acordo com Manolo Florentino e Cacilda Machado, em 1906 os portugueses, por exemplo, constituíam a quinta parte da população carioca e 71% da população estrangeira da cidade.¹⁵ Cenário este estimulado pelo crescente ritmo da imigração europeia que se intensificou no último quartel do século XIX, quando cerca de 31 milhões de imigrantes chegaram às Américas, sendo 2,9 milhões ao Brasil.¹⁶

Dessas milhões de pessoas aportadas no Brasil, percebe-se, no caso do Rio de Janeiro, a presença de diversas nacionalidades que não só a portuguesa, como é mais conhecida. Em 1890, 154 imigrantes partiram dos portos de Rio da Prata e de Buenos Aires rumo ao porto do Rio autodeclarando-se servidores domésticos.¹⁷ Desses imigrantes constata-se a presença de diversas nacionalidades dentre as quais: alemã, suíça, italiana, francesa, espanhola e belga.¹⁸ Ainda assim, havia as nacionalidades que imperavam com a sua presença em solo carioca, das quais é possível destacar, obviamente, a portuguesa, além da italiana e a espanhola.¹⁹

A maior parte desses imigrantes era por homens jovens, na faixa dos 15 aos 30 anos e em sua maioria solteiros.²⁰ Tal dado não exclui a relevância da imigração feminina, que apesar

¹³ Ver: FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2000; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 21, jul. 1988, p. 21; 31; 41; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007; e, RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas (SP).

¹⁴ KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹⁵ FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil (século XIX e XX)*. [S.n.t.], p. 5. Disponível em: http://www.ppphis.ifcs.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em: out. 2012.

¹⁶ FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América... Op. cit.*

¹⁷ Dados disponíveis em: http://bases.an.gov.br/rvbndes/Menu_Externo/

¹⁸ Base de dados criada a partir das fichas de vapores presentes no site do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=168>.

¹⁹ Portuguesa, italiana e espanhola eram as nacionalidades mais presentes no Rio de Janeiro. A partir do recenseamento de 1920, verificamos que dentre a população estrangeira residente na cidade, a portuguesa ficava em primeiro lugar, com 172.358 habitantes; a nacionalidade italiana seguia em segundo lugar com uma população de 21.929; e, em terceiro lugar, vinha a espanhola com 16.221. Ver: MARTINS, Ismênia de Lima. *Italianos no Rio de Janeiro. "Independências - Dependências - Interdependências" VI Congresso CEISAL*. Toulouse: France, 2010, p. 5.

²⁰ RIBEIRO, Gladys Sabina. *"Cabras" e "Pés-de-chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), p. 6-7.

de inferior, mostrou-se em um nível crescente nos primeiros anos dos Novecentos, passando de 1,57 por mil, em 1890, para 5,14 por mil, em 1911.²¹ Essas mulheres, muitas vezes vinham com seus cônjuges, parentes ou, quando sozinhas, geralmente possuíam algum conhecido a sua espera.²² Esses conhecidos exerciam sobre os imigrantes de ambos os sexos uma atração, por difundir a ideia do retorno rico à terra natal. Assim, com o deslumbre do regresso, muitos galegos e portugueses, por exemplo, viam a imigração como uma etapa temporária. O que não é de se espantar que ao invés de se lançarem à compra de terras, o que implicaria em sua permanência em solo brasileiro, muitas/os imigrantes se fixaram na cidade.²³ Desta forma, o serviço doméstico poderia se converter em uma opção de inserção no mercado de trabalho, ainda que provisoriamente. Segundo Flávia Fernandes de Souza:

o serviço doméstico poderia encobrir, tal como apontado pela historiadora Eulália Lobo, uma espécie de “desemprego disfarçado”, constituindo, portanto um espaço de atuação para todos aqueles que precisavam trabalhar em alguma atividade remunerada. E como esta parece ter sido a conjuntura das últimas décadas dos Oitocentos, não é incoerente considerar que o serviço doméstico permitia, sob esse aspecto, uma certa mobilidade dos trabalhadores que estavam em busca de empregos. E esse processo fazia com que esse serviço fosse, muitas vezes, encarado como uma atividade temporária ou até mesmo complementar.²⁴

Não é de se espantar, que essa atividade tenha sido uma realidade para muitas mulheres pobres, nacionais ou estrangeiras, que precisavam desenvolver alguma ocupação. De acordo com Elda Evangelina González Martínez, para o caso das mulheres espanholas que vinham ao Brasil, geralmente era para dedicarem-se a lavar e passar roupas, ou ao serviço doméstico,²⁵ que não era uma atividade circunscrita apenas às mulheres. Esta atividade era desempenhada por muitos homens que podiam vê-la como algo temporário ou como uma profissão na qual poderiam especializar-se.²⁶

A inserção dessas/es estrangeiras/os no serviço doméstico, se por um lado podia ser motivo de desconfianças por determinadas pessoas, por outro, poderia ser uma elevação do status social do contratante, facilitando a incorporação dessas/es estrangeiras/ ao mercado de trabalho. Luiz Edmundo, ao descrever os grandes palacetes de início do século XX, informa, a respeito da criadagem, que: “as famílias tomam governantas inglesas e alemãs para seus

²¹ FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América... Op. cit.*, p.192.

²² Ver: FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Imigração portuguesa e... Op. cit.*, p. 8; e, OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 119-120.

²³ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles... Op. cit.*, p. 120.

²⁴ SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família... Op. cit.*, p. 88.

²⁵ MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In: FAUSTO, Boris. (org). *Fazer a América... Op. cit.*, p. 247.

²⁶ Em anúncios de homens ofertados a alguma atividade do serviço doméstico, observamos alguns profissionais, como os cozinheiros, que exaltavam especializações e qualificações como o fato de saberem fazer massas, manejarem fornos, dentre outras especializações que nos faz pensar em até que ponto o mundo do serviço doméstico era uma atividade considerada como subemprego, como nos alude José Murilo de Carvalho. Cf.: CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 16-17.

filhos. E não mandam, em geral, as filhas a internatos. Educam-nas em casa, para isso contratando os mais afamados professores".²⁷

A função de governanta, por exemplo, se popularizou muito com a entrada em massa de imigrantes europeus. Nos anúncios coletados, não observamos registros de demanda ou oferta de governantas antes de 1892, pois possivelmente as casas abastadas desse período não precisavam recorrer a anúncios para contratá-las. Contratavam-nas importando-as diretamente da Europa ou através de indicações de pessoas afiançadas. Só foi a partir da década de 1880, com a entrada maciça dos imigrantes em solo brasileiro, que encontramos anúncios como o representado abaixo:

Governante - Uma moça alemã, de boa educação, chegada há pouco, oferece-se para casa de família para ensinar meninas, sabendo alemão, inglês, português e piano, não faz questão de ordenado, mas exige bom tratamento: carta a E. 13, no Allens Hotel, rua Humaytá.²⁸

Nesse anúncio torna possível, também, a percepção da condição de vida de muitos jovens imigrantes que aportavam no Rio de Janeiro e que trabalhavam em atividades marcadas pela presença escrava. De acordo com Sidney Chalhoub, nos Oitocentos, as fronteiras entre trabalho escravo e livre, em muitas circunstâncias se esmaeciam. Muitas vezes a força da escravidão precarizava a experiência de liberdade de negros livres e pobres no Brasil.²⁹ Possivelmente, essa precarização da experiência de liberdade se estende às relações de trabalho dos imigrantes pobres, uma vez que não há como estabelecer um corte seco que separa o trabalho escravo do livre.³⁰ Segundo Henrique Espada Lima:

Essa "narrativa tradicional do trabalho livre" vem sendo, entretanto, sistematicamente desafiada por estudos que tentam entender o seu verdadeiro funcionamento em situações históricas específicas. Antes de mais nada, em termos ideais, o mundo do trabalho livre supõe: liberdade de escolha, ausência de coerção para o trabalho, capacidade de mobilidade dos trabalhadores, impessoalidade na relação patrão/empregado, mas também oferta de oportunidades de trabalho e possibilidades de acesso a elas por parte dos trabalhadores. Além disso, ele supõe que a ausência de coerção para o trabalho seja um valor partilhado também pelos empregadores. Bem, o que os estudos sobre o funcionamento do mercado de trabalho do século XIX, como o do próprio Steinfeld, demonstram, é que essa configuração do mercado de trabalho é largamente irreal. Como modelo, na medida em que retifica as categorias com que se lida com as várias modalidades de arranjos de trabalho, acaba por embaçar a vista para o real funcionamento desse "mercado".³¹

Partindo da concepção tradicional de trabalho livre, supondo a ausência de coerção para o trabalho, a impessoalidade na relação entre patrão/empregado, dentre outros pré-requisitos

²⁷ EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003, p. 200.

²⁸ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1º nov. 1897.

²⁹ CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 28.

³⁰ LIMA, Henrique Espada. Sobre o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, p. 296.

³¹ LIMA, Henrique Espada. Sobre o domínio... *Op. cit.*, p. 296.

estabelecidos para caracterizar um modelo de trabalho livre assalariado, aos moldes capitalistas, certamente o serviço doméstico do século XIX e de princípios do século XX, não estaria adequado para a referida concepção. O próprio anúncio da governanta alemã, citado anteriormente, revela uma noção da relatividade da visão de trabalho livre em fins do século XIX.

Neste anúncio, as marcas da escravidão do próprio serviço doméstico, tomado como uma atividade que fora domínio do elemento escravo, são transportadas para as relações de trabalho, envolvendo uma mulher que nunca experimentou o cativo. O cenário é de uma mulher pobre, trocando sua força de trabalho por proteção, ou seja, uma trabalhadora que vê na tutela uma forma mais segura de conduzir sua vida.

O que a liberalização selvagem do trabalho no início do século XIX revela é precisamente isso. O modelo do mercado desregulado previa que a "livre" dinâmica das contratações faria emergir naturalmente uma ordenação racional do trabalho. [...] Superado o mundo do trabalho tutelado e forçado, o que se descobre é que a "condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta". Essa fragilidade consiste na descoberta de que "a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade".³²

Uma vez verificado uma possibilidade de contrato de trabalho, perceptível nas entrelinhas do anúncio, é importante partir para as observações em relação às atividades do mundo do trabalho em que as imigrantes europeias se lançavam. Nas tabelas abaixo é possível ter noção dos tipos de profissões desempenhadas por elas, distinguindo-as nas categorias "precisa-se" e "aluga-se".

³² *Ibidem*, p. 294. Para uma discussão mais aprofundada sobre as implicações sociais da economia de mercado, ver: POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Tabela 1 - Referências ao aluguel de criadas europeias por ocupação (Aluga-se) - *Jornal do Commercio* (1882-1932)

	Portuguesa	Espanhola	Francesa	Alemã	Chegada da Europa	Total de profissões
Cozinheira	12	1	1	4		18
Lavadeira	11					11
Engomadeira	4			2		6
Ama seca	10				1	11
Ama de leite	5	1				6
Criada	13	1	2	2		18
Pajem	2					2
Copeira	23	1				24
Passar roupa a ferro	1					1
Fazer companhia	1		2			3
Costureira	6		1	1		8
Arrumadeira	32	2			1	35
Governanta	1			1		2
Total de nacionalidades	121	6	6	10	2	145

Fonte: Elaborado a partir de anúncios do *Jornal do Commercio* (1882-1922).

Tabela 2 - Referências à demanda por criadas por ocupação (Precisa-se) - *Jornal do Commercio* (1882-1932)

	Portuguesa	Espanhola	Francesa	Alemã	Portuguesa ou alemã	Total de profissões
Cozinheira	4	1	1	1	1	8
Lavadeira	5					5
Engomadeira	1					1
Ama seca	1					1
Criada	9	1				10
Pajem	1			2		3
Copeira	2					2
Costureira	1					1
Fazer companhia		1		1		2
Arrumadeira	3	1				4
Total de nacionalidades	27	4	1	4	1	37

Fonte: Elaborado a partir de anúncios do *Jornal do Commercio* (1882-1922).

A tabela elaborada a partir dos anúncios de “aluga-se” (**Tabela 1**) apresenta uma prévia das profissões desempenhadas e ofertadas por essas mulheres. Fica evidente que a nacionalidade portuguesa, que lidera o número de criadas europeias, era predominante na atividade de copeira (23 referências) e nas atividades referentes à limpeza ou à arrumação da casa (13 referências para criada e 32 para arrumadeira), seguidas pelas funções de cozinheira, lavadeira e ama seca (12, 11 e 10 referências, respectivamente). No que se refere à tabela destinada aos anúncios cujo termo “precisa-se” (**Tabela 2**) é o utilizado, observam-se as mesmas profissões prevalecendo, excetuando a função de ama seca.

As atividades destinadas à arrumação e à organização das casas não requeriam tamanhas qualificações. As experiências dessas mulheres no interior de suas casas lhes davam bagagem para desempenhar as atividades de criadas, arrumadeiras, empregadas dentre outras atividades. Além disso, poderiam ser atividades desempenhadas por crianças que, muitas vezes, vinham para o Rio de Janeiro, sozinhas ou acompanhadas e acabavam sendo inseridas no serviço doméstico, para os misteres listados, ou para desempenhar atividades de pajens.³³ Esses pequenos imigrantes, muitas vezes já vinham, mesmo que só para quesito burocrático, com a profissão de doméstico/a registrada nas suas fichas de entrada nos portos brasileiros. Para exemplificação, no período de 1876 a 1891, foram encontrados treze menores de idade europeus entrando no porto do Rio e se declarando copeiros/as, costureiros/as, cozinheiros (possivelmente aprendizes ou ajudantes), e domésticos (possivelmente para todo o serviço).

Desses dados, o que chama mais a atenção é o caso da Maria Adelaide, portuguesa, de cinco anos, que embarcou no porto de Hamburgo e chegou ao Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1889, junto com Clementina Adelaide (que não tinha seu grau de parentesco definido, mas possivelmente era sua mãe). Por mais que tivesse uma idade tão tenra, Maria Adelaide foi registrada como serviçal na ficha de embarcação,³⁴ o que nos leva a crer que esse registro pudesse ser uma estratégia de sua “mãe” para facilitar sua contratação acompanhada de uma criança que poderia, também, desempenhar “pequenos serviços de casa”, mesmo que por lei a mesma não se encontrasse em idade ativa para o trabalho.

Em 10 de outubro de 1882, uma escritura de locação de serviços entre o locador Caetano Vargas, espanhol, natural de Jerez de la Frontera e sua mulher Claudina Peres, portuguesa natural da Ilha da Madeira, foi assinada ao locatário Doutor Antônio Coelho

³³ De acordo com Lená Medeiros de Menezes, em uma análise sobre processos criminais envolvendo imigrantes no Rio de Janeiro, ela concluiu que grande parte dos processados havia entrado no país durante a adolescência ou a infância e este dado, ainda segundo ela, pode ser comprovado através dos censos de 1872 e 1920, que registram um grande contingente de jovens nas faixas etárias dos 12 aos 18 anos nos grupos dos estrangeiros. Ver: MENEZES, Lená Medeiros de. Bastidores. Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, jul.-dez. 1997, p. 8.

³⁴ Dados coligidos no banco de dados de imigrantes do Arquivo Nacional. Maria Adelaide, número de ordem 384. Loc.: AN.RIO.OL.0.RPV.PRJ.3911.

Rodrigues, morador a rua do Marques D'Abrantes n. 20B. Neste contrato de trabalho ficava estabelecido as funções que o casal iria desempenhar fora e dentro da casa; a soldada mensal de trinta e dois mil réis, no qual a metade seria deduzida todos os meses até chegar a quantia de duzentos e setenta e seis mil réis devido aos senhores Agostinho Pires e Companhia (ou seja, uma dívida contraída pela viagem da Europa ao Brasil); e, dentre outras coisas, uma cláusula do contrato permitia que os locadores tivessem em sua companhia uma filha menor de sete anos (ainda fora da idade ativa de trabalho), desde que suas refeições fossem divididas com a menor e em caso de aumento de despesas, as mesmas seriam descontadas dos seus vencimentos.³⁵

Neste caso, não há uma tutela, nem mesmo o comprometimento do locatário com o cuidado da menor de idade. Mas o que nos chama a atenção é o fato de que tal recusa em custear as despesas da criança se deu por conta de a mesma ainda não poder, legalmente, exercer atividades profissionais, o que não quer dizer que na prática sua mão-de-obra não fosse utilizada. Além disso, as condições de trabalho e vida estabelecidas pelo contrato descrito nos mostram que a realidade de precarização da força de trabalho não era uma condição apenas de ingênuos ou libertos.

Voltando às profissões, outro dado que chama a atenção é em relação aos salários. Mary Heister Mendonça Mota, em seus estudos acerca das seções dos classificados de jornais de época, informa que havia diferenças salariais entre domésticas europeias e negras que desempenhavam o mesmo serviço. Conforme a autora, as portuguesas e espanholas ganhavam até 80\$000³⁶ e as negras libertas 60\$000 para o mesmo serviço e carga horárias.³⁷ Todavia, isso não foi encontrado no momento da análise dos diversos anúncios do *Jornal do Commercio*. Em 1877, há um anúncio onde é possível comparar se havia diferenças salariais entre pretos e brancos com a mesma profissão:

Precisa-se de uma mocinha branca ou de cor, para serviços leves, em casa de um casal, ordenado de 15\$ a 20\$ [...]³⁸

³⁵ Loc.: AN. ONRJ7-5I, livro 39, folha 17, rolo 010.007-77. (10/10/1882).

³⁶ Um salário de criada, independente da nacionalidade não era algo tão rentável. Em 1899, o valor de alugueis de um sobrado e de casinhas, por exemplo, poderia ser, de acordo com o jornal *O Paiz*, de 80\$ e de 30\$ mensais, respectivamente. No mesmo ano, um menino de 1 a 12 anos, para serviços leves, ganharia 10\$ mensais. Alessandra El Far, ao analisar as edições baratíssimas do final do século XIX faz esta comparação. "Nessa época, um trabalhador especializado, como um ferreiro, ganhava por uma diária de serviço 3.333 réis, ao passo que um trabalhador sem nenhuma especialização recebia em torno de 1.400 réis. Os salários de serventes, contínuos e amanuenses empregados no funcionalismo municipal, eram maiores, indo de 60 mil réis a 100 mil réis por mês. Nos primeiros anos da República, as novas políticas econômicas postas em prática pelo governo provisório geraram uma significativa inflação e, por conseguinte, o aumento dos preços e salários. Quer dizer, um trabalhador pobre tinha de gastar em média um terço do que ganhava em um dia de serviço para comprar um romance de sucesso para 'o povo' ou então algumas moedas de 100 ou 200 réis para obter um enredo de menor repercussão". Cf.: EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, p. 95-96.

³⁷ MOTA, Mary Heisler Mendonça. *Imigração e trabalho industrial - Rio de Janeiro (1889-1930)*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ), p. 183.

³⁸ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 maio 1910.

Precisa-se de uma menina, branca ou de cor, para servir nos arranjos de casa e ao mesmo tempo companhia de uma senhora honesta. Paga-se 15\$000 mensais; trata-se na rua do Rosário n. 107, 2º andar.³⁹

Aluga-se preta livre para lavar e cozinhar - 30\$; criada branca para cozinhar e lavar - 20\$; uma parda e uma preta para lavar e arranjos da casa - 12\$; uma parda de 17 anos para tomar conta de crianças - 13\$.⁴⁰

No último anúncio, não há caso de algum estrangeiro, mas já se vislumbra uma ideia de que ser branco ou estrangeiro, não determina um aumento salarial. Aqui o que se observa, na verdade, é uma mulher preta ganhando mais do que uma branca a qual desempenharia a mesma função: cozinhar e lavar. Possivelmente isso poderia se dar em decorrência do fato de, uma vez liberta, a mesma mobilizasse a remuneração monetária como uma forma de se afastar de formas de retribuição aos serviços prestados, que se assemelhassem ao período de cativo, por exemplo – a troca dos serviços por vestimenta, teto e alimento, que no caso de alguns estrangeiras/os, se encontrando em um estado de vulnerabilidade frente a uma nova realidade, poderiam se submeter a fim de garantir uma proteção.

Retornando as diferenças salariais, ao analisar anúncios de criadas/os estrangeiras/os, foi encontrada uma diferença salarial entre as nacionalidades em apenas um anúncio: “Alugam-se uma portuguesa, uma alemã e uma francesa, a 25\$, 30\$ e 35\$; na Rua do Hospício n. 103.”⁴¹

Como foi um caso isolado, não há como generalizar e tomar essa informação como uma regra. O que, de fato, percebe-se é que tais dados, ao serem analisados em seu conjunto nos dão um panorama do mundo do trabalho na passagem do século XIX para o XX, onde as noções de liberdade, de trabalho livre e assalariado ainda estavam se conformando e, portanto, eram experimentados de diversas formas por diversos agentes sociais: homens, mulheres, crianças, nacionais e estrangeiros.

Neste sentido, o serviço doméstico por ser uma atividade historicamente associada ao trabalho escravo transporta para trabalhadores que nunca experimentaram a escravidão (imigrantes europeus) algumas de marcas de compulsoriedade e domesticidade que marcaram, em muitos casos, seus contratos e relações de trabalho. Entretanto, não podemos deixar de mencionar, que apesar de haver um compartilhamento de situações degradantes em relação às experiências no mundo do trabalho carioca, entre nacionais (sobretudo, negros pobres) e imigrantes, a questão racial continua sendo uma baliza importante em se considerar aspectos como, por exemplo, a criminalização do serviço doméstico, em um momento em que tal atividade era colocada na arena pública como um problema a ser enfrentado. Entretanto, a análise das vivências desses dois grupos no serviço doméstico é importante para verificação das relações laborais em um momento de profundas transformações no cenário do mundo do

³⁹ *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 07 nov. 1892.

⁴⁰ *Ibidem*, 5 nov. 1877.

⁴¹ *Ibidem*, 6 nov. 1882.

trabalho, não só brasileiro, mas mundial. Formas compulsórias de trabalho ou condições degradantes nas relações com seus patrões foram experimentadas por grupos que, aparentemente distantes, tinham em comum o fato de compartilharem duas desigualdades que marcavam sua condição de trabalhadoras: o fato de serem mulheres (em sua grande maioria) e o de serem pobres.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 21, p. 30-56, jul. 1988.
- Brites, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia. Bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1919-1940)*. Campinas, SP: Ed. UNICAP - Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição*. In: CUNHA, O. M G da; GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- DAMASCENO, Caetana. *Segredos da boa aparência: da "cor" à "boa aparência" no mundo do trabalho carioca (1930-1950)*. Rio de Janeiro: EDUR; UFRJ, 2011.
- EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- EL FAR, Alessandra. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, Aníbal; ABREU, Márcia (orgs.). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, Boris (org.). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2000.
- FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre imigração portuguesa e miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.ufrj.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em: out. 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. rev. São Paulo: Global, 2006.
- GRAHAM, Sandra L. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro. (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

- LIMA, Henrique Espada. Sobre o domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade de trabalho no século XIX. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005.
- LIMA, Henrique Espada; POPINIGIS, Fabiane. Maids, Clerks, and the shifting landscape of labor relations in Rio de Janeiro, 1830s-1880s. *International Review of Social History*, v. 62, Special Issue s. 25, pp. 45-73, dec. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2xo0tU0>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- MARTÍNEZ, Elda Evangelina González. O Brasil como País de Destino para os Migrantes Espanhóis. In FAUSTO, Boris. (org). *Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina*. 2ª ed. São Paulo: Ed. USP, 2000.
- MARTINS, Ismênia de Lima. Italianos no Rio de Janeiro. "Independências - Dependências - Interdependências" VI Congresso CEISAL. Toulouse: France, 2010.
- MATOS, Maria Izilda de S. Corpos numa paulicéia desvairada: mulheres, homens e médicos. São Paulo, 1890-1930. *Proj. História*. São Paulo, n. 25, p. 383-385, dez. 2002. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10597/7887>. Acesso em: 14 abr. 2013.
- MATOS, Maria Izilda de S. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MATOS, Maria Izilda de S. Porta adentro: criados de servir em São Paulo de 1890 a 1930. In: BRUSCHINI, Maria Cristina; SORJ, Bila (orgs.). *Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- MELO, Hildete Pereira de. *De criadas a Trabalhadoras*. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS-UFRJ, v. 6, n. 2, 1998.
- MENEZES, Lená Medeiros de. Bastidores. Um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, jul.-dez. 1997. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/251/251>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- MOTA, Mary Heisler Mendonça. *Imigração e trabalho industrial - Rio de Janeiro (1889-1930)*. 1982. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2007.
- REIS, Adriana Dantas. *Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX*. Salvador: FCJA/Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. "Cabras" e "Pés-de-chumbo": os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1930)*. 1987. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Centro de Estudos Gerais, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. 1997. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas (SP).
- SCHETTINI, Cristiana. "Que tenhas teu corpo": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SOARES, Luis Carlos. *O "Povo de Cam" na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras, 2007.

SOARES, Luis Carlos. *Rameiras, Ilhoas, polacas: a prostituição no Rio de Janeiro do século XIX*. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Criados ou empregados? Sobre o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no antes e no depois da abolição da escravidão. *Anais [...]. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social*. Natal: ANPUH, 2013.

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Criados, escravos e empregados: o serviço doméstico e seus trabalhadores na construção da modernidade brasileira (cidade do Rio de Janeiro, 1850-1920)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói (RJ).

SOUZA, Flávia Fernandes de. *Para casa de família e mais serviço: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo (RJ).

THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.